

OS DESAFIOS E LIMITES PARA OS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA: UM OLHAR PARA O PACTO PELOTAS PELA PAZ.

ARTHUR NIZOLI ALMEIDA¹;

MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES²:

¹Universidade Federal de Pelotas – arthur.ufpel@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – maricris.ff@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública é um tema recorrente no cenário nacional, sendo sua responsabilidade, atualmente, dos entes federados. Entretanto, quando estudamos os municípios, as discussões sobre políticas de segurança pública enfrentam problematizações mais profundas (Kahn; Zanetic, 2005), pois as disparidades orçamentárias dos municípios são significativas, ainda mais quando miramos este campo à luz dos preceitos constitucionais e, especialmente, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) (Carvalho, Silva 2011). A proposta que apresentamos é fruto de uma pesquisa realizada no âmbito do projeto de pesquisa Segurança Pública e Municipalização, onde trabalhamos com o Pacto Pelotas Pela Paz (PPPP), uma política de segurança pública local, baseada na gestão para resultados.

O presente trabalho busca demonstrar os desafios e limites que atingem os municípios e até onde podem agir na implementação de planos e políticas de segurança pública. Junto a isso, sinalizar o quanto casos compreendidos como de “sucesso” dificilmente são replicados em outros territórios, seja pela peculiaridade de cada município, seja pela falta de horizontalização das políticas públicas de segurança no cenário brasileiro (Lima, 2019). A municipalização das políticas de segurança, muitas vezes idealizada como um “laboratório de segurança”, revela-se um modelo complexo, não só pela falta de recursos e autonomia, mas também pela fragilidade em reproduzir experiências exitosas tendo em vista as realidades locais. Além disso, muitos municípios carecem de condições organizacionais e de financiamento para que desenvolvam suas políticas diante da realidade local.

Diante dessa discussão e atentando para a produção do PPPP, buscamos compreender como a política de segurança foi encarada pelos candidatos ao executivo pelotense na última eleição municipal (pleito 2024). Essa análise se tornou necessária no bojo da pesquisa, tendo em vista que a formulação, implementação e execução da referida política ocorreu nos governos do PSDB e possuía uma marca política forte na sua construção (Borges et. al, 2020). Diante disso, foram analisados os 6 (seis) planos de governo, atentado para o campo “segurança pública”

Essas análises se justificam, pois a pesquisa em seu âmbito maior busca compreender como o PPPP vem sendo executado e quais efeitos políticos e sociais sua prática tem gerado, especialmente em relação aos mecanismos de monitoramento e avaliação, à participação social e à incorporação dos marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, idade e território. O foco recai, portanto, na problematização dos modos como essa política pública é operacionalizada e nos efeitos que produz sobre os territórios e os sujeitos afetados por ela.

2. METODOLOGIA

O projeto se estruturou a partir de três eixos analíticos principais: (1) os mecanismos de monitoramento e avaliação da política; (2) os espaços e práticas de participação social vinculados à sua execução; e (3) a presença (ou ausência) de uma abordagem interseccional na formulação e implementação do pacto. Ao articular esses eixos, compreendeu-se como o PPPP mobiliza saberes, práticas e discursos que produzem a segurança como um problema de gestão e como isso impacta desigualmente diferentes segmentos da população pelotense. Para esta apresentação, focamos na revisão bibliográfica e na análise dos planos de governo, buscando problematizar a ideia de cidadania no âmbito da política pública municipal.

A análise documental é uma técnica fundamental na pesquisa qualitativa, voltada para a coleta e interpretação de dados. Nesse sentido, para Guba e Lincoln (1981), os documentos representam uma fonte de evidências poderosa e frequentemente subutilizada, sendo uma fonte "natural" e não-reativa de informações. Ademais, no contexto da pesquisa, os documentos são considerados quaisquer materiais escritos que servem como fonte de informação sobre o comportamento humano. Sendo assim, a análise documental, em nossa pesquisa, buscou complementar informações de outras técnicas, revelando aspectos sobre a municipalização da segurança pública.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir da análise de teses e dissertações aferidas no repositório do CNPQ, além de uma análise de planos de governo dos candidatos ao executivo municipal de Pelotas nas eleições de 2024. Os dados empíricos foram interpretados por meio da análise de conteúdo, com categorias construídas a partir do material coletado em diálogo com o referencial teórico adotado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pacto Pelotas Pela Paz (PPPP) se revela um estudo de caso fundamental para analisar a municipalização da segurança pública. Dessa forma, a pesquisa

demonstra que a descentralização da segurança, embora promissora, enfrenta desafios significativos. Do mesmo modo, a ausência de horizontalização das políticas públicas e as profundas disparidades entre os municípios limitam a replicação de modelos, reforçando a ideia de que a segurança deve ser adaptada a cada contexto local.

Ao analisar os mecanismos de monitoramento e avaliação, a participação social e os marcadores sociais da diferença dentro do PPPP, o estudo conclui que a efetividade de uma política pública vai além da simples redução de índices criminais. Decorrente disso, uma segurança que promova a cidadania exige uma abordagem crítica sobre seus efeitos nos territórios e sujeitos, especialmente os mais vulneráveis.

Por fim, a análise dos planos de governo dos candidatos de Pelotas nas eleições de 2024 sublinha a importância de uma agenda política que compreenda essa complexidade. Nessa ótica, o PPPP, serve como um microcosmo para repensar o papel dos municípios e a necessidade de políticas de segurança mais inclusivas, participativas e sensíveis às desigualdades locais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Doriam; ROJIDO, Emiliano; CANO, Ignacio. **Avaliação de impacto do Pacto Pelotas pela Paz**. 2020. LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - LAV-UERJ

CARVALHO, Vilobaldo Adelidó de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 59–67, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSSyXQ3qbj/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: outubro de 2024.

GUBA, E.G; LINCOLN, Y.S. **Effective Evaluation**. San Francisco, California, Jossey-Bass, 1981.

KAHN, Túlio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública o alargamento conceitual e institucional da questão da segurança**. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume1/papel_municipios_seguranca_publica.pdf>. Acessado em: outubro de 2024

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, 2019. p. 53–68. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/59VkCPZw5phfWvmNbYPGVrw/>. Acessado em: outubro de

2024.